

**PROVA ESCRITA — ESTUDO DE CASO**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA — ESTUDO DE CASO**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo** correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Para cada uma das questões, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **5,00 pontos**, dos quais até **0,25 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

**QUESTÃO 1**

O Tribunal Regional Eleitoral, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como lentidão, paralisações injustificadas e não comunicadas ao órgão e suspensão da obra em razão de execução irregular. Em decorrência desses fatos, o órgão rescindiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a administração pelo prazo de um ano, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo. Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando: a) ilegitimidade do ato de rescisão unilateral; b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles. [valor: 4,75 pontos, sendo 1,75 ponto, 1,00 ponto e 2,00 pontos, respectivamente, para a, b, e c]

**RASCUNHO – QUESTÃO 1**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 2**

Pedro impetrou mandado de segurança contra ato do Juízo da 234.<sup>a</sup> Zona Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, que teria ordenado a anotação, nos seus assentos eleitorais, de determinado código indicando que o impetrante teria sofrido condenação criminal fundada no art. 121 do Código Penal e, portanto, estaria inelegível. Em seu *mandamus*, Pedro sustentou a ilegalidade de tal ato, alegando que a sentença penal condenatória transitada em julgado havia deixado de produzir efeitos em virtude da concessão de indulto presidencial, a qual deve repercutir na esfera eleitoral.

Considerando o relato hipotético apresentado, redija um texto acerca do ato do juiz eleitoral. Em seu texto, faça o que se pede a seguir, de forma justificada.

- ▶ Avalie a legalidade da decisão do juiz diante da concessão de indulto. [valor: 0,50 ponto]
- ▶ Diferencie suspensão dos direitos políticos de inelegibilidade, indicando qual dessas hipóteses se aplica ao caso de Pedro. [valor: 1,25 ponto]
- ▶ Explique os efeitos da anotação quanto à suspensão dos direitos políticos por força de condenação criminal. [valor: 1,00 ponto]
- ▶ Avalie se Pedro deve ficar inelegível, considerando sua condenação nas penas do art. 121 do Código Penal, o indulto e o contido na resolução n.º 21.538/2003. [valor: 1,00 ponto]
- ▶ Indique em que momento devem ser aferidas as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade. [valor: 1,00 ponto]

Resolução n.º 21.538, de 14 de outubro de 2003

Dispõe sobre o alistamento e os serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros.

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	